



## **Demonstrações Financeiras 2022/2**

### **Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado**

**Assunto:** Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório do Auditor Independente, o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DMPL, a DFC, a DRA e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 21/03/2023, no site oficial do Sicredi ([www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br)).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Francisco Meller da Motta  
Diretor Executivo  
CPF: 000.585.040-10

Jeferson Erhardt  
Diretor de Operações  
CPF: 016.995.581-83

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20



# Demonstrações Financeiras 2022

**Cooperativa de Crédito, Poupança e  
Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale  
do Cerrado**

**Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria**





Building a better  
working world

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06  
Conjunto A - Bloco A  
1º andar - sala 105  
70316-000 - Brasília - DF - Brasil

Tel: +55 61 2104-0100  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da  
**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado**  
Campo Verde - MT

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 10 de março de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/F

  
Renata Zanotta Calçada  
Contadora CRC-RS062793/O-8

## Relatório da Administração

Nossa jornada completou seus 120 anos no Brasil em 2022, a partir da fundação da primeira cooperativa de crédito, em 28 de dezembro de 1902. O objetivo da primeira cooperativa foi melhorar as condições de vida das pessoas que viviam naquela comunidade e ele segue atual, fazendo parte do nosso propósito e das nossas ações. Colaborar com o desenvolvimento e a transformação social das regiões onde atuamos é uma das nossas premissas desde a nossa fundação. Isso se dá por meio de iniciativas que entregam um relacionamento diferenciado, cooperativo, e que refletem os valores do cooperativismo, como solidariedade, transparência, responsabilidade e sustentabilidade.

### *Cenário Econômico*

No ano de 2022 vimos um acirramento da inflação no Brasil e no mundo, após deflagrada a guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou os preços de diversas commodities. Como resposta a esse cenário, os Bancos Centrais do mundo inteiro decidiram adotar uma postura de aperto monetário, dando início ao ciclo de alta de juros global. O destaque foi o Federal Reserve (o Banco Central dos EUA) que iniciou seu ciclo de alta de juros em março deste ano com os fed funds na faixa entre 0,00% e 0,25% e encerrou o ano de 2022 na faixa entre 4,25% - 4,50%, e deve continuar subindo os juros em 2023. O efeito do aumento da taxa de juros nas economias avançadas contribuiu para reprecificação dos ativos de risco pelo mercado e o aumento da perspectiva de redução do crescimento mundial.

No Brasil, o ciclo de aperto monetário começou no início de 2021, e por conta disso, os dados de inflação já apontam uma tendência desinflacionária. De fato, o Banco Central encerrou o ciclo de alta de juros com a Selic a 13,75% a.a. e deve seguir neste patamar elevado até metade do ano que vem. O efeito da reabertura na atividade econômica influenciou o bom crescimento do PIB no primeiro semestre de 2022, principalmente pelo avanço dos setores de serviços. Porém, a atividade econômica já vem apresentando sinais de acomodação à medida que o efeito da reabertura se esgota e os efeitos da política monetária restritiva se tornam mais evidentes. Além disso, vale destacar a condição da renda das famílias. Se por um lado, a melhora do mercado de trabalho contribuiu para o crescimento da renda, com a população ocupada atingindo recorde de crescimento e a taxa desemprego passando de 11,2% em janeiro de 2022 para 8,2% na leitura de outubro, por outro, a entrada desses trabalhadores foi acompanhada pelo aumento da inadimplência e do endividamento das famílias, visto o encarecimento do crédito e a escalada dos preços. Por fim, o ano de 2022 se encerra com um novo presidente eleito e preocupações com a política fiscal que será executada nos próximos anos.

### *Acreditamos que podemos contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais próspera*

Somos uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento dos nossos associados e com o desenvolvimento das regiões onde atuamos. Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros, que vão desde conta corrente e cartões até investimentos, seguros, consórcios, máquina de cartões e conta 100% digital, atendendo pessoas físicas, jurídicas e produtores rurais. No nosso modelo de atuação, os recursos captados são reinvestidos na região. Assim, impactamos positivamente a comunidade, estimulando a geração de renda e o crescimento sustentável. Nossos associados são os verdadeiros donos do negócio, com direito a participação nos resultados e nas decisões das cooperativas por meio de voto.

Durante esse período, destacamos os seguintes fatos administrativos:

No ano de 2022 a Cooperativa Sicredi Vale do Cerrado continua seu plano de expansão com a inauguração de 04 novas agências. Uma delas no município de Planalto da Serra, completando 100% de presença física em todos os 12 municípios de sua área de atuação no Estado do Mato Grosso totalizando uma rede de 16 agências. Adicionalmente o município de Jaciara foi contemplada com uma nova agência no Bairro Planalto, a agência Jaciara Planalto. No Amazonas, o plano de expansão progrediu para o interior do Estado, iniciando pela agência no município de Parintins (conhecido internacionalmente por sua cultura e folclore), e a segunda agência no município de Itacoatiara, encerrando o ano com uma presença de 04 agências no Estado do Amazonas, sendo duas na capital Manaus.

Para sustentar a expansão, o ano foi marcado ainda pela evolução da gestão e governança da cooperativa, visando a sustentabilidade do negócio cooperativo: Após eleição junto aos associados nas assembleias e homologação do Banco Central do Brasil, ocorreu a posse do novo conselho de administração, com a renovação de 04 novos conselheiros, sendo 2 mulheres e um jovem buscando a diversidade nas tomadas de decisões da cooperativa. Além disso, a evolução dos comitês técnicos no conselho de administração: de Negócios, Compliance e Sustentabilidade. A Cooperativa ainda reforçou a estrutura da diretoria de negócios com a contratação de mais de 40 profissionais na sede da cooperativa para gestão, assessoria e apoio operacional das agências. Ampliou ainda a estrutura de atendimento de suas agências e sede com um quadro de 378 colaboradores 28% de aumento em relação a 2021 dando suporte ao seu crescimento. Encerramos o ano com a formatura do programa "Liderança Transformadora" com a capacitação de 49 líderes e trainees. Ainda na frente de governança, trabalhamos na melhoria da comunicação com o quadro de associados e governantes e durante todo o ano desenvolveu encontros com Coordenadores de Núcleos pelos municípios da área de atuação.

De forma local, a cooperativa atuou fortemente para que as demandas dos associados fossem atendidas, especialmente as necessidades de apoio ao crédito e a manutenção da atividade econômica das comunidades, reforçando o compromisso com sua missão de agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade. Uma das ações foi a realização de mais uma edição do Feirão da Energia Solar com o financiamento de mais de 500 usinas solares e gerando economia em despesas de energia dos associados. Além disso, o feirão de veículos mais uma vez potencializou a realização de sonhos com o financiamento de mais de 530 veículos. Por último, promoveu o feirão da Construção e Reforma apoiando a rede de varejo de construção e os associados na realização de suas obras. Para sustentar o crescimento da carteira de crédito, foi promovida a maior campanha promocional de todos os tempos com sorteio de mais de 240 prêmios, a campanha Poupar Prosperar e Ganhar, teve início em janeiro e finalizou no dia 30 de dezembro distribuindo prêmios aos associados que investiram, pouparam e integralizaram capital na cooperativa durante o ano e levou a cooperativa aos melhores índices de liquidez da sua carteira.

A Sicredi Vale do Cerrado segue ampliando a oferta de soluções em meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo), o que viabilizou maior comodidade aos seus associados. Uma das maiores entregas é o atendimento através do Whatsapp, com a ampliação da célula de atendimento digital, tornando-o um canal alternativo, seguro e humanizado e que em 2022 passou a contar com a possibilidade de assinaturas eletrônicas para contratação de novos produtos e transações financeiras. Além disso, novas soluções começam a ser ofertadas aos associados como a Taggy de passagem para pedágios e estacionamentos e a carteira digital Apple Pay.

## **Valorizamos as pessoas e a diversidade**

Nosso compromisso com o desenvolvimento e impacto positivo nas regiões onde atuamos são premissas desde a nossa fundação. A seguir listamos algumas iniciativas realizadas em 2022:

Além do compromisso com os negócios sociais, a cooperativa trabalhou ativamente em ações de desenvolvimento socioculturais e educacionais através dos programas de responsabilidade social do Sicredi. Com o programa Cooperação na Ponta do Lápis levamos educação financeira para de mais de 16,5 mil pessoas, adultos e crianças através de encontros, palestras e formações. Com o Programa Crescer levamos conhecimento sobre os princípios e valores do cooperativismo impactando mais de 1,2 mil associados. Através do Programa A União Faz a Vida, principal programa de responsabilidade social do Sicredi, participamos ativamente da vida de 370 educadores e 7mil alunos da rede de educação dos municípios de Campo Verde, Dom Aquino e Juscimeira no estado do Mato Grosso. Através do Dia “C” de Cooperar mobilizamos nossos colaboradores e associados ao voluntariado ambiental com o plantio de árvores pelos municípios de atuação da cooperativa. Em 2022 a APAE Campo Verde foi contemplada com a implantação do Programa União Faz a Vida. Durante todo o ano financiamos ações e projetos sociais, desenvolvidos por associações e entidades filantrópicas com repasses em patrocínios e doações através da plataforma Sicredi na Comunidade.

No decorrer de 2022, a Sicredi Vale do Cerrado se consolida ao conquistar importantes marcos de sua trajetória, alcançando o porte de R\$ 4,1 bilhões em ativos totais, sendo R\$ 3,2 bilhões em carteira de crédito concedidos aos nossos associados. Finalizamos o exercício ultrapassando a marca de 81,2 mil associados. Sempre atentos às suas necessidades e com a credibilidade, alcançamos R\$1,3 bilhões em captação de recursos. O ano foi marcado ainda pelo Reconhecimento do prêmio GPTW (Great Place to Work), o que nos consagra como uma das melhores empresas para se trabalhar e com um índice de satisfação de 87% por parte de nossos Colaboradores. Seguimos assim, construindo e gerando prosperidade nas regiões onde estamos presentes.

## **Reconhecimentos**

Há mais de 10 anos, figuramos em alguns dos mais reconhecidos rankings e premiações nacionais, tais como: Melhores e Maiores, da Revista Exame, Valor 1000, do Valor Econômico, Melhores Empresas para Trabalhar, da Revista Você S/A, rankings do Banco Central e BNDES. Em 2022 tivemos a avaliação corporativa elevada pela Moody's. O Sicredi conquistou o rating mais alto da agência, passando de AA+ para AAA, comprovando que tem um dos perfis de crédito mais seguros e menos arriscados avaliados pela agência de classificação de risco. Além disso, fomos reconhecidos como a 4º melhor Instituição Financeira em ranking divulgado pela Revista Forbes, mesma que nos cita como a melhor instituição financeira do Brasil no atendimento físico e digital.

Agradecemos aos nossos associados, colaboradores e parceiros pela dedicação e trabalho contínuo.

Juntos seguiremos construindo uma sociedade mais próspera.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado  
CNPJ/MF nº 32.983.165/0001-17

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>	<b>3.665.756</b>	<b>3.201.645</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>3.235.884</b>	<b>2.792.688</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 04)	12.669	14.048	DEPÓSITOS (Nota 11)	1.485.342	1.208.061
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3.778.113	3.282.847	Depósitos à vista	357.196	274.355
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	36.085	35.913	Depósitos interfinanceiros	292.820	308.317
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	1.201.159	235.382	Depósitos a prazo	835.326	625.389
Centralização financeira (Nota 04)	251.190	339.486	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	1.610.358	1.461.483
Relações interfinanceiras ativas	11	21	Relações interfinanceiras (Nota 12)	1.526.936	1.432.842
Operações de crédito (Nota 07)	2.196.931	2.589.256	Obrigações por empréstimos (Nota 13)	4.068	5.034
Outros ativos financeiros (Nota 08)	92.737	82.789	Obrigações por repasses (Nota 14)	148	309
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 07)	(195.803)	(148.159)	Outros passivos financeiros (Nota 15)	79.206	23.298
OUTROS ATIVOS (Nota 09)	32.970	17.555	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTA (Nota 16)	156	59
INVESTIMENTOS	7	7	OUTROS PASSIVOS (Nota 17)	140.028	123.085
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	33.399	30.502	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> (Nota 18)	<b>429.872</b>	<b>408.957</b>
INTANGÍVEL (Nota 10)	4.401	4.845	CAPITAL SOCIAL	279.782	243.544
			RESERVAS DE SOBRAS	137.728	126.603
			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	12.362	38.810
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3.665.756</b>	<b>3.201.645</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.665.756</b>	<b>3.201.645</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado**  
CNPJ/MF nº 32.983.165/0001-17

Descrição das contas	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>285.937</b>	<b>510.446</b>	<b>311.099</b>
Operações de crédito (Nota 07)	203.895	387.243	282.092
Resultado de títulos e valores mobiliários	51.203	69.527	11.783
Ingressos de depósitos intercooperativos	30.839	53.676	17.224
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(228.969)</b>	<b>(402.971)</b>	<b>(188.969)</b>
Operações de captação no mercado (Nota 21)	(91.228)	(154.423)	(40.026)
Operações de empréstimos e repasses	(74.765)	(116.670)	(71.933)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(62.976)	(131.878)	(77.010)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>56.968</b>	<b>107.475</b>	<b>122.130</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(41.806)</b>	<b>(82.091)</b>	<b>(43.762)</b>
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 22)	19.608	36.466	41.804
Rendas de tarifas bancárias	4.338	8.577	7.165
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 23)	(24.587)	(42.215)	(29.341)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 24)	(29.107)	(55.199)	(41.607)
Dispêndios e despesas tributárias	(80)	(183)	(151)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	18.735	25.830	15.326
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	(30.713)	(55.367)	(36.958)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>15.162</b>	<b>25.384</b>	<b>78.368</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>15.162</b>	<b>25.384</b>	<b>78.368</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> (Nota 19)	<b>220</b>	<b>-</b>	<b>2</b>
Provisão para Imposto de Renda	135	-	2
Provisão para Contribuição Social	85	-	-
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>	<b>(2.540)</b>	<b>(5.939)</b>	<b>(5.898)</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>12.842</b>	<b>19.445</b>	<b>72.472</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado

CNPJ/MF nº 32.983.165/0001-17

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do exercício em 01/01/2021</b>	<b>191.302</b>	<b>91.673</b>	<b>9.535</b>	<b>18.177</b>	<b>310.687</b>
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	13.110	-	-	(13.110)	-
Destinações para reservas	-	-	5.000	(5.000)	-
Outras destinações	-	-	-	(67)	(67)
Capital de associados					
Aumento de capital	41.869	-	-	-	41.869
Baixas de capital	(11.362)	-	-	-	(11.362)
Reversões de reservas	-	-	(14.535)	14.535	-
Resultado do período	-	-	-	72.472	72.472
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(3.881)	(3.881)
Juros sobre o capital próprio	8.625	-	-	(9.386)	(761)
Reserva legal - Estatutária	-	34.930	-	(34.930)	-
<b>Saldos no fim do exercício em 31/12/2021</b>	<b>243.544</b>	<b>126.603</b>	<b>-</b>	<b>38.810</b>	<b>408.957</b>
<b>Mutações do Exercício</b>	<b>52.242</b>	<b>34.930</b>	<b>(9.535)</b>	<b>20.633</b>	<b>98.270</b>
<b>Saldos no início do exercício em 01/01/2022</b>	<b>243.544</b>	<b>126.603</b>	<b>-</b>	<b>38.810</b>	<b>408.957</b>
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	23.559	-	-	(23.565)	(6)
Destinações para reservas	-	-	15.000	(15.000)	-
Outras destinações	-	-	-	(245)	(245)
Capital de associados					
Aumento de capital	24.708	-	-	-	24.708
Baixas de capital	(21.039)	-	-	-	(21.039)
Reversões de reservas	-	-	(15.000)	15.000	-
Resultado do exercício	-	-	-	19.445	19.445
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.236)	(1.236)
Juros sobre o capital próprio	9.010	-	-	(9.722)	(712)
Reserva legal - Estatutária	-	11.125	-	(11.125)	-
<b>Saldos no fim do exercício em 31/12/2022</b>	<b>279.782</b>	<b>137.728</b>	<b>-</b>	<b>12.362</b>	<b>429.872</b>
<b>Mutações do Exercício</b>	<b>36.238</b>	<b>11.125</b>	<b>-</b>	<b>(26.448)</b>	<b>20.915</b>
<b>Saldos no início do semestre em 01/07/2022 (Não auditado)</b>	<b>270.460</b>	<b>126.603</b>	<b>15.000</b>	<b>6.603</b>	<b>418.666</b>
Capital de associados					
Aumento de capital	11.824	-	-	-	11.824
Baixas de capital	(11.512)	-	-	-	(11.512)
Reversões de reservas	-	-	(15.000)	15.000	-
Resultado do semestre	-	-	-	12.842	12.842
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.236)	(1.236)
Juros sobre o capital próprio	9.010	-	-	(9.722)	(712)
Reserva legal - Estatutária	-	11.125	-	(11.125)	-
<b>Saldos no fim do exercício em 31/12/2022</b>	<b>279.782</b>	<b>137.728</b>	<b>-</b>	<b>12.362</b>	<b>429.872</b>
<b>Mutações do Semestre</b>	<b>9.322</b>	<b>11.125</b>	<b>(15.000)</b>	<b>5.759</b>	<b>11.206</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado**  
CNPJ/MF nº 32.983.165/0001-17

	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO</b>	<b>77.340</b>	<b>155.591</b>	<b>149.042</b>
Resultado do semestre/exercício	12.842	19.445	72.472
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>64.498</b>	<b>136.146</b>	<b>76.570</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	62.976	131.878	77.010
(Reversão) para desvalorização de outros ativos	(250)	(230)	(1.282)
Depreciação e amortização	2.941	5.628	4.672
Baixas do ativo permanente	-	9	23
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	67	97	28
Destinações ao FATES	(1.236)	(1.236)	(3.881)
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(106.763)</b>	<b>300.756</b>	<b>(183.946)</b>
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	11.873	(172)	(11.524)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(393.295)	(425.139)	(46.530)
Redução em relações interfinanceiras ativas	9.817	10	14
(Aumento) Redução em operações de crédito	220.412	308.091	(804.283)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	92.844	94.094	311.392
(Aumento) em outros ativos financeiros	(5.107)	(9.948)	(29.709)
(Aumento) Redução em outros ativos	(3.131)	(15.185)	10.819
Aumento (Redução) em depósitos	(70.102)	277.281	338.038
Aumento em passivos financeiros	2.693	55.908	11.614
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(577)	(1.127)	(336)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.715)	(3.133)	(1.012)
Aumento em outros passivos	29.525	20.076	37.571
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b>	<b>(29.423)</b>	<b>456.347</b>	<b>(34.904)</b>
Aquisição de imobilizado de uso	(2.607)	(6.901)	(8.167)
Aplicações no intangível	(851)	(1.189)	(941)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b>	<b>(3.458)</b>	<b>(8.090)</b>	<b>(9.108)</b>
Integralização de capital	11.824	24.708	41.869
Baixa de capital	(11.512)	(21.039)	(11.362)
Juros ao capital próprio	(712)	(712)	(761)
Distribuição de Sobras	-	(251)	(67)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b>	<b>(400)</b>	<b>2.706</b>	<b>29.679</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(33.281)</b>	<b>450.963</b>	<b>(14.333)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	985.833	501.589	515.922
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	952.552	952.552	501.589

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado**  
**CNPJ/MF nº 32.983.165/0001-17**

	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
<b>Resultado líquido do exercício</b>	12.842	19.445	72.472
Outros resultados abrangentes	-	-	-
<b>Resultado abrangente atribuível</b>	12.842	19.445	72.472

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Cerrado - Sicredi Vale do Cerrado ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 05/09/1989 e sede situada na Avenida Brasil, 1200, na cidade de Campo Verde - Mato Grosso. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2022, está organizado por 105 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2454 pontos ativos, dos quais a Cooperativa opera em 20 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1) e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 09 de Março de 2023.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 5.960 (2021 - R\$ 6.930) referente a Atos Não Cooperativos.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

**e) Relações interfinanceiras – centralização financeira**

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa, não investidas em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

**f) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

#### **g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

#### **h) Ativos não financeiros mantidos para venda**

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.

- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

#### **i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

#### **j) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

#### **k) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

#### **l) Intangível**

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários, identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

#### **m) Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### **n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses**

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

#### **o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata-die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### **p) Impostos e contribuições**

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 16%, em atendimento a Medida Provisória nº 1.115, publicada em 29 de abril de 2022, que elevou a alíquota em um ponto percentual e produzindo efeitos durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

#### q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

#### s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expresas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

#### t) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

#### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	12.669	14.048
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	688.693	148.055
Centralização financeira	251.190	339.486
<b>Total</b>	<b>952.552</b>	<b>501.589</b>

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2022 equivale a 100% do CDI (dezembro de 2021 - 99%).

#### NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2022				31/12/2021	
	A vencer				Total	
Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total		
Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	36.018	36.018	35.913	
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	67	67	-	
<b>Total</b>	-	-	<b>36.085</b>	<b>36.085</b>	<b>35.913</b>	
<b>Total circulante</b>					-	6.115
<b>Total não circulante</b>					<b>36.085</b>	29.798

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa refere-se a operações para cobrir as antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração entre 100% e 105% do CDI.

As aplicações de CDI são realizadas pelas cooperativas no Banco para garantir às operações de equalização com recursos próprios delas. A taxa é de 100% da Selic.

**NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	31/12/2022				31/12/2021
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - CPR	8.339	255.054	134.282	397.675	-
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	282.826	-	-	282.826	-
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	405.867	-	-	405.867	148.055
Participações de Cooperativas	-	-	114.791	114.791	87.327
<b>Total</b>	<b>697.032</b>	<b>255.054</b>	<b>249.073</b>	<b>1.201.159</b>	<b>235.382</b>

<b>Total circulante</b>	<b>952.086</b>	<b>148.055</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>249.073</b>	<b>87.327</b>

A partir de julho de 2022, o BACEN estabeleceu, através da Instrução Normativa BCB Nº 268 de 01 de abril de 2022, que as participações de cooperativas, anteriormente apresentadas na rubrica de outros investimentos, passam a ser classificadas em títulos e valores mobiliários.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos *spreads* de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na ANBIMA.

**a) Participações de cooperativas**

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2022	31/12/2021
Sicredi Participações S.A.	39.671	39.671
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	75.119	47.655
<b>Total</b>	<b>114.791</b>	<b>87.327</b>

Apresentamos abaixo os números de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais dos investimentos em dezembro de 2021, os quais passaram a ser apresentados, em dezembro de 2022, em títulos e valores mobiliários participações de cooperativas:

Descrição	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Número de ações/quotas possuídas	11.288.800 ON 28.382.098 PN	11.288.800 ON 28.382.098 PN	1 Quotas	1 Quotas	75.118.508 Quotas	47.655.268 Quotas
Percentual de participação	1,24%	1,88%	0,62%	0,62%	13,41%	14,10%
Capital social	3.208.211	2.108.211	161	161	559.963	337.972
Patrimônio líquido	3.298.737	2.111.744	369.267	368.071	570.217	344.471
Resultado líquido do exercício	115.902	(15.246)	1.195	33.761	(2.064)	-
Valor das participações das cooperativas	39.671	39.671	1	1	75.119	47.655

**NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**
**a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos**

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2022				Total da carteira	31/12/2021
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	51.497	155.927	312.842	479.093	999.359	1.009.792
Financiamentos	4.554	30.825	84.772	197.767	317.918	364.641
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.615	80.548	521.962	272.062	877.187	1.214.823
Financiamentos habitacionais	-	27	64	2.376	2.467	-
<b>Total das operações de crédito</b>	<b>58.666</b>	<b>267.327</b>	<b>919.640</b>	<b>951.298</b>	<b>2.196.931</b>	<b>2.589.256</b>
Avais e fianças honrados (Nota 08)	1.605	-	-	-	1.605	1.223
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	-	-	-	-	-	255
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08)	-	61.528	19.675	85	81.288	75.617
<b>Total de outros créditos</b>	<b>1.605</b>	<b>61.528</b>	<b>19.675</b>	<b>85</b>	<b>82.893</b>	<b>77.095</b>
<b>Carteira total</b>	<b>60.271</b>	<b>328.855</b>	<b>939.315</b>	<b>951.383</b>	<b>2.279.824</b>	<b>2.666.351</b>

<b>Total circulante</b>	<b>1.328.441</b>	<b>1.575.897</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>951.383</b>	<b>1.090.454</b>

Os valores de títulos e créditos a receber foram reclassificados para a rubrica de valores a receber relativos a transações de pagamento para adequar a contabilização das transações de pagamento por cartão, de acordo com a Carta Circular 3.828/17. A partir de junho de 2022 passamos a apresentar esta abertura na nota explicativa. Estes valores referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às transações com cartão de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
AA	-	41.584	95.592	-	-
A	0,50	981.930	1.207.325	4.909	6.036
B	1,00	706.747	896.948	7.068	8.969
C	3,00	215.335	225.750	6.460	6.772
D	10,00	107.867	81.842	10.787	8.184
E	30,00	50.017	32.344	15.005	9.703
F	50,00	26.042	23.946	13.021	11.973
G	70,00	39.137	20.219	27.396	14.153
H	100,00	111.165	82.385	111.157	82.369
<b>Total</b>		<b>2.279.824</b>	<b>2.666.351</b>	<b>195.803</b>	<b>148.159</b>



Conforme disposto no Art. 6º da Resolução CMN nº 4.846/20, a provisão face à perda para as operações enquadradas no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incidir somente sobre a parcela do crédito cujo risco de crédito é assumido pela Cooperativa e esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 520.795 (dezembro de 2021 - R\$ 386.452) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 28). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 15.652 (dezembro de 2021 - R\$ 9.974) conforme Nota 15.

**c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento**

Setor	31/12/2022				31/12/2021	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	24.123	133.156	255.480	354.364	767.123	750.039
Rural	2.615	80.548	521.961	272.063	877.187	1.214.823
Industrial	348	2.948	2.029	5.397	10.722	15.763
Comércio	13.990	61.540	86.230	180.401	342.161	396.759
Habitacional	-	27	64	2.376	2.467	-
Pessoas jurídicas	19.195	50.636	73.551	136.782	280.164	288.967
<b>Total</b>	<b>60.271</b>	<b>328.855</b>	<b>939.315</b>	<b>951.383</b>	<b>2.279.824</b>	<b>2.666.351</b>

<b>Total circulante</b>	<b>1.328.441</b>	<b>1.575.897</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>951.383</b>	<b>1.090.454</b>

**d) Concentração das operações de crédito**

	31/12/2022	%	31/12/2021	%
10 maiores devedores	165.855	7,27	166.980	6,26
50 devedores seguintes	478.755	21,00	523.481	19,63
100 devedores seguintes	396.742	17,40	542.070	20,33
Demais	1.238.472	54,32	1.433.820	53,78
<b>Total</b>	<b>2.279.824</b>	<b>99,99</b>	<b>2.666.351</b>	<b>100,00</b>

**e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	179.608	148.159	97.166
Constituição de provisão	114.316	220.236	159.702
Reversão de provisão	(51.340)	(88.358)	(82.692)
Movimentação de baixados para prejuízo	(46.781)	(84.234)	(26.017)
<b>Saldo final</b>	<b>195.803</b>	<b>195.803</b>	<b>148.159</b>

**f) Resultado com operações de crédito:**

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e títulos descontados	106.324	195.455	154.889
Financiamentos	33.005	63.661	41.163
Financiamentos rurais e agroindustriais	55.254	105.995	70.283
Financiamentos habitacionais	33	37	-
Outros	280	539	420
<b>Subtotal</b>	<b>194.896</b>	<b>365.687</b>	<b>266.755</b>
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	8.999	21.556	15.337
<b>Total</b>	<b>203.895</b>	<b>387.243</b>	<b>282.092</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 112.292 (2021 - R\$ 84.221).

**NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 07)	81.288	75.617
Rendas a receber	4.313	916
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	-	255
Avais e fianças honrados (Nota 07)	1.605	1.223
Transações com cartão de crédito	5.262	4.599
Devedores por depósitos em garantia (Nota 16)	269	179
<b>Total</b>	<b>92.737</b>	<b>82.789</b>

<b>Total circulante</b>	<b>92.383</b>	<b>82.526</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>354</b>	<b>263</b>

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a receber relativos as transações de pagamento, sejam de associados ou do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Os valores a receber relativos a transações de pagamento referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às operações com cartões de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

**NOTA 09 – OUTROS ATIVOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outros valores e bens	15.431	2.373
Adiantamentos e antecipações salariais	200	130
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	710	139
Adiantamentos para Confederação Sicredi	689	539
Convênios	462	477
Cotas de consórcio	491	587
DI a repassar - Central	1.145	543
Impostos e contribuições a compensar	866	753
Pendências a regularizar	2.469	1.329
Valores em análise pela SFG	18	6
Outros	380	158
<b>Total circulante</b>	<b>22.861</b>	<b>7.034</b>
Outros valores e bens	10.109	10.521
<b>Total não circulante</b>	<b>10.109</b>	<b>10.521</b>
<b>Total</b>	<b>32.970</b>	<b>17.555</b>

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

**a) Outros valores e bens**

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	25.404	12.991
Imóveis	20.532	12.654
Veículos e afins	3.942	337
Máquinas e equipamentos	930	-
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(80)	(310)
Material em estoque	9	30
Despesas antecipadas	207	183
<b>Total</b>	<b>25.540</b>	<b>12.894</b>

**b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:**

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(310)	(1.592)
Constituição de provisão	(20)	(12)
Reversão de provisão	250	1.294
Saldo final	(80)	(310)

**NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2022			31/12/2021
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	47.371	(13.972)	33.399	30.502
Imobilizações em curso	-	1.886	-	1.886	1.549
Terrenos	-	1.596	-	1.596	1.499
Edificações	4%	10.974	(1.803)	9.171	9.518
Instalações	10%	3.090	(999)	2.091	1.949
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	10.138	(4.000)	6.138	4.143
Móveis e equipamentos	10%	7.573	(2.099)	5.474	5.186
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	2.826	(693)	2.133	1.787
Equipamentos de processamento de dados	20%	9.094	(4.184)	4.910	4.862
Veículos	20%	194	(194)	-	9
<b>Intangível</b>		<b>12.178</b>	<b>(7.777)</b>	<b>4.401</b>	<b>4.845</b>
Investimentos Confederação	20%	8.620	(5.765)	2.855	2.588
Outros ativos intangíveis	20%	3.558	(2.012)	1.546	2.257

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 11 – DEPÓSITOS**

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Depósitos	31/12/2022				31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	357.196	-	-	357.196	274.355
Depósitos interfinanceiros	91.913	126.713	74.194	292.820	308.317
Depósitos a prazo	1.132	598	833.596	835.326	625.389
<b>Total</b>	<b>450.241</b>	<b>127.311</b>	<b>907.790</b>	<b>1.485.342</b>	<b>1.208.061</b>
<b>Total circulante</b>				<b>577.552</b>	<b>392.611</b>
<b>Total não circulante</b>				<b>907.790</b>	<b>815.450</b>

**NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS**

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Repasse interfinanceiros	1.526.936	1.432.836
Recebimentos e pagamentos a liquidar	-	6
<b>Total</b>	<b>1.526.936</b>	<b>1.432.842</b>

**a) Repasses Interfinanceiros**

Descrição	31/12/2022			31/12/2021	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	84.918	754.979	381.367	1.221.264	1.169.766
<b>Total - Recursos do Crédito Rural</b>	<b>84.918</b>	<b>754.979</b>	<b>381.367</b>	<b>1.221.264</b>	<b>1.169.766</b>
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	54.716	87.823	163.133	305.672	263.070
<b>Total - Outros Recursos</b>	<b>54.716</b>	<b>87.823</b>	<b>163.133</b>	<b>305.672</b>	<b>263.070</b>
<b>Total</b>	<b>139.634</b>	<b>842.802</b>	<b>544.500</b>	<b>1.526.936</b>	<b>1.432.836</b>
<b>Total circulante</b>				<b>982.436</b>	967.704
<b>Total não circulante</b>				<b>544.500</b>	465.132

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa de até 15,55% a.a. com vencimentos até 16/12/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2022			31/12/2021	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	1.102	2.966	4.068	5.034
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.102</b>	<b>2.966</b>	<b>4.068</b>	<b>5.034</b>
<b>Total circulante</b>				<b>1.102</b>	828
<b>Total não circulante</b>				<b>2.966</b>	4.206

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

**NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES**

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasse no País	31/12/2022			31/12/2021	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDDES	72	75	-	147	309
CEF	1	-	-	1	-
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>75</b>	<b>-</b>	<b>148</b>	<b>309</b>
<b>Total circulante</b>				<b>148</b>	205
<b>Total não circulante</b>				<b>-</b>	104

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 02/10/2023.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, possuem vencimentos mensais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDDES são provenientes do Banco Sicredi.

**NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS**

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para garantias financeiras prestadas	4.989	2.635
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	4.355	-
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Cooperativas	-	259
Recursos em trânsito de terceiros	1.850	1.846
<b>Total circulante</b>	<b>11.194</b>	<b>4.740</b>
Provisão para garantias financeiras prestadas	10.663	7.339
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	57.349	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Cooperativas	-	11.219
<b>Total não circulante</b>	<b>68.012</b>	<b>18.558</b>
<b>Total</b>	<b>79.206</b>	<b>23.298</b>

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos letras financeiras com cláusula de subordinação com vencimentos até 2032, pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, cujos juros são pagos semestralmente.

**NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS**

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2022	31/12/2021
Cível	Provável	156	59
<b>Total não circulante</b>		<b>156</b>	<b>59</b>

Natureza	31/12/2021	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2022
Cível	59	189	(92)	156
<b>Total não circulante</b>	<b>59</b>	<b>189</b>	<b>(92)</b>	<b>156</b>

Em 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa possuía 21 processos de natureza Cível e 3 processos de natureza Tributária, cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 698 e R\$ 810 (dezembro de 2021 - R\$ 3.544 e R\$ 74), respectivamente.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 269 (dezembro de 2021 - R\$ 179), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

**NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS**

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Transações com cartões de crédito	89.229	80.348
Provisão para pagamentos a efetuar	5.192	3.600
Cotas de capital a pagar	4.468	3.762
Provisão para participações nos lucros	2.616	6.037
Fundo de assistência técnica, educacional e social	3.375	5.254
Impostos e contribuições a recolher	2.801	1.854
Credores diversos	10.079	8.422
Credores por recursos a liberar vendedores de imóveis	1.840	-
Cheques administrativos	18.134	12.460
Cobrança e arrecadação de tributos	603	668
Pendências a regularizar	1.691	680
<b>Total</b>	<b>140.028</b>	<b>123.085</b>
<b>Total circulante</b>	<b>138.338</b>	<b>122.522</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>1.690</b>	<b>563</b>

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasse dos custos sobre a carteira de aquisição).

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

Em 2022 as propostas de crédito imobiliário passaram a ser vinculadas diretamente à carteira das cooperativas ao invés do Banco Sicredi. Na conta são registrados os valores de recursos a liberar aos vendedores, referentes aos contratos do imobiliário.

**NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	279.782	243.544
Total de associados	81.268	65.502

Em 31 de dezembro de 2022, a movimentação do capital social foi de R\$ 36.238 (dezembro de 2021 – R\$ 52.242), sendo R\$ 32.569 (dezembro de 2021 – R\$ 21.375) via integralização de resultados e R\$ 24.708 (dezembro de 2021 – R\$ 41.869), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 21.039 (dezembro de 2021 – R\$ 11.362).

**b) Juros ao capital**

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 3,7% em Conta Capital, no montante de R\$ 9.722 (dezembro de 2021 – R\$ 9.386), sendo integralizado ao capital parte do valor, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/09, observando-se o limite da taxa SELIC.

**c) Destinações**

A Cooperativa destinou seus resultados, a partir do resultado líquido antes das destinações estatutárias, de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 45% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

**NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	25.384	78.368
Participação nas sobras	(5.939)	(5.898)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	19.445	72.470
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(7.972)	(32.612)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	5.529	29.494
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	3.986	4.224
Demais adições e exclusões previstas na legislação	408	(42)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	2

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e retornou para 15% a partir de janeiro de 2022. A partir de agosto, a Lei 14.446/2022 trouxe uma majoração de 1% na alíquota das instituições financeiras, com vigência até dezembro de 2022.

**NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil::

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	36.085	35.913
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	1.201.159	235.382
Centralização financeira (Nota 04)	251.190	339.486
Outros ativos financeiros (Nota 08)	3.059	757
Outros ativos (Nota 09)	1.834	1.082
Intangível (Nota 10)	2.855	2.588
<b>Passivo</b>		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	292.820	308.317
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	1.526.936	1.432.836
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	4.068	5.034
Outros passivos (Nota 17)	82.646	74.965
Principal e juros dívida subordinada (Nota 15)	61.704	11.478
<b>Receitas</b>		
Resultado títulos e valores mobiliários	69.527	11.783
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 22)	5.540	13.061
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	1.691	379
Ingressos de depósitos intercooperativos	53.676	17.224
<b>Despesas</b>		
Operações de captação no mercado (Nota 21)	53.915	13.077
Operações de empréstimos e repasses	116.662	71.915
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 24)	4.984	3.939
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	21.707	11.012

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2022	% em relação ao total	31/12/2021
Depósitos à vista	868	0,24%	3.660
Depósitos a prazo	8.154	0,98%	3.768
Operações de crédito	4.750	0,22%	12.650

**c) Remuneração do pessoal-chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Pessoas chave da administração	3.503	3.052

**NOTA 21 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO**

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos interfinanceiros	24.417	45.558	13.077
Depósitos de aviso prévio	18	33	12
Depósitos a prazo	60.270	98.623	25.169
Dívida subordinada	5.494	8.358	259
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	1.029	1.851	1.509
<b>Total</b>	<b>91.228</b>	<b>154.423</b>	<b>40.026</b>

**NOTA 22 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Cartões	8.901	17.591	15.524
Cobrança	1.325	2.867	2.680
Comissões	76	125	58
Consórcios	1.719	3.162	2.669
Convênios	367	732	672
Distribuição de produtos e serviços bancários	3.491	5.263	12.819
Processamento da compensação	31	60	78
Seguros	1.961	3.809	3.526
Taxas e tarifas	562	810	792
Antecipação de recebíveis	1.050	1.804	2.682
Outros serviços	125	243	304
<b>Total</b>	<b>19.608</b>	<b>36.466</b>	<b>41.804</b>

**NOTA 23 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL**

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	13.246	23.162	16.141
Benefícios	6.690	11.227	7.391
Encargos sociais	4.646	7.791	5.688
Treinamentos	5	35	121
<b>Total</b>	<b>24.587</b>	<b>42.215</b>	<b>29.341</b>

**NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Água, energia e gás	339	821	836
Aluguéis	1.902	3.339	2.483
Comunicação	554	1.070	951
Manutenção e conservação	1.493	2.861	2.457
Material de expediente	267	613	1.014
Processamento dados	1.929	3.531	2.103
Propaganda e publicidade	181	341	256
Promoções e relações públicas	4.392	8.289	5.502
Serviços do sistema financeiro	1.344	2.607	3.756
Assessoria e consultoria	727	1.433	889
Auditoria externa	41	41	77
Serviços jurídicos	935	975	970
Serviços de terceiros	462	968	726
Serviços de técnicos especializados	5.911	11.598	8.782
Serviços de vigilância e segurança	616	1.139	896
Serviços de transportes	843	1.699	1.445
Depreciação	2.085	3.995	3.124
Amortização (Rateio Confederação)	500	922	837
Amortização outros ativos intangíveis	356	711	711
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.715	3.133	1.012
Emolumentos e taxas diversas	1.129	2.073	1.271
Ressarcimento tarifas	30	55	55
Seguros	51	97	122
Outras despesas administrativas	1.305	2.888	1.332
<b>Total</b>	<b>29.107</b>	<b>55.199</b>	<b>41.607</b>

**NOTA 25 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Absorção de dispêndios - FATES	1.715	3.133	1.012
Lucros na alienação de valores e bens	771	800	2.389
Recuperação de encargos e despesas	3.452	4.970	1.556
Reversão de provisões operacionais	3.823	4.297	1.919
Reversão de provisões impostos folha	884	1.211	838
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	3.022	5.569	6.809
Reversão de provisões para passivos contingentes (Nota 16)	66	92	31
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	3.121	3.131	37
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	183	324	171
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	398	822	123
Outras rendas operacionais	1.300	1.481	441
<b>Total</b>	<b>18.735</b>	<b>25.830</b>	<b>15.326</b>

**NOTA 26 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Descontos concedidos em renegociação e crédito	5.088	6.368	3.731
Contribuições Cooperativistas	111	195	188
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	391	837	958
Contribuição Confederação Sicredi	5.932	10.560	7.271
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	947	1.691	1.356
Encargos da administração financeira	3	5	4
Prejuízo na alienação de valores e bens	270	270	1.741
Provisões para garantias financeiras prestadas	5.632	11.246	6.053
Provisões para passivos contingentes (Nota 16)	133	189	59
Outras provisões operacionais	827	1.451	1.022
Operações com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	6.468	11.616	8.469
Risco operacional	1.059	1.367	551
Juros e comissões	56	92	87
Tarifa serviços folha pagamento servidores	5	8	9
Distribuição de produtos e serviços bancários	2.978	7.522	1.274
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	216	526	75
Outras despesas operacionais	597	1.424	4.110
<b>Total</b>	<b>30.713</b>	<b>55.367</b>	<b>36.958</b>

**NOTA 27 – RESULTADO NÃO RECORRENTE**

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
<b>Resultado antes das destinações</b>	<b>12.842</b>	<b>19.445</b>	<b>72.472</b>
Eventos não recorrentes	-	-	-
<b>Resultado recorrente</b>	<b>12.842</b>	<b>19.445</b>	<b>72.472</b>

**NOTA 28 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de garantias prestadas	520.792	386.448
Coobrigações em cessões de crédito	3	4
<b>Total</b>	<b>520.795</b>	<b>386.452</b>

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

**NOTA 29 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL****I - Estrutura de Gerenciamento de Capital**

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

## II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papeis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais;
- Identificação, coleta e tratamento de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização; • Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

## III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades”.

## IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

## V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.



## VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

## VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

## VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

## IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A. que, para o acompanhamento

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

## X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e os controles implementados. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

## XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do sitio [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

**NOTA 30 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2022	31/12/2021
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>487.175</b>	415.590
<b>Nível I (NI)</b>	<b>425.471</b>	404.112
<b>Capital principal - CP</b>	<b>425.471</b>	404.112
Capital social	279.782	243.544
Reservas de capital	137.728	126.603
Sobras acumuladas	12.362	38.810
Ajustes Prudenciais	(4.401)	(4.845)
<b>Nível II (NII)</b>	<b>61.704</b>	11.478
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	61.704	11.478
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>2.925.123</b>	2.820.240
<b>Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária</b>	<b>1.761</b>	10.268
<b>Margem de Capital</b>	<b>178.276</b>	123.299
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>16,65%</b>	14,74%
Situação de Imobilização (Imob)	33.406	30.509
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>6,86%</b>	7,34%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

**NOTA 31 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2022, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

**NOTA 32 – OUTRAS INFORMAÇÕES**

I) Plano de Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração das Cooperativas Singulares durante o exercício de 2022.

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

a) Resumo do Plano de Implementação:

- Fase I (2022): Avaliação e entendimento dos impactos da norma (análise de Gaps);
- Fase II (2022/2023): Desenho e especificações das soluções e metodologias;
- Fase III (2023/2024): Desenvolvimento sistêmicos, motores de cálculo, etc.;
- Fase IV (2023/2024): Testes e implementações.

Salientamos, que em caso de emissão de normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21 pelo Banco Central do Brasil, será necessário a revisão do plano de implementação.

Francisco Meller da Motta  
Diretor Executivo  
CPF: 000.585.040-10

Jeferson Erhardt  
Diretor de Operações  
CPF: 016.995.581-83

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20